



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

---

# Relatório da Fase Administrativa

## (Documento 1)



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

---

## Relatório da Fase Administrativa

**Assunto:** Apresentação das análises e verificação de créditos para a elaboração do edital, previsto no art. 7º, § 2º da Lei no 11.101/2005, consolidado na **Relação de Credores**.

**Referência:** Art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005 e Recomendação nº 72, de 19 de agosto de 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Processo:** 0803690-77.2024.8.14.0040

**Requerente:** I S CAMPOS ATACADISTA E DISTRIBUIDORA LTDA.

**Classe:** RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Parauapebas/PA, 25 de novembro de 2024.



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

---

## **AO DOUTO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS - PA**

**PEDRO PAULO MAGINA FERREIRA**, administrador judicial da empresa I S CAMPOS ATACADISTA E DISTRIBUIDORA LTDA., CNPJ 09.634.089/0001-12 - em recuperação judicial, devidamente qualificado nos autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, protocolar a **Relação de Credores** habilitados na fase administrativa e o respectivo **Relatório de Verificação de Créditos**, nos termos seguintes:

### **SUMÁRIO**

| <b>ASSUNTO</b>                                    | <b>FOLHA</b> |
|---|--------------|
| <b>APRESENTAÇÃO</b>                               | <b>01</b>    |
| <b>I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>                 | <b>04</b>    |
| <b>II – CRITÉRIOS UTILIZADOS NAS VERIFICAÇÕES</b> | <b>06</b>    |
| <b>III – HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS</b>          | <b>08</b>    |
| <b>IV – GARANTIA AO CONTRADITÓRIO</b>             | <b>15</b>    |
| <b>V - SÍNTESE DA APURAÇÃO</b>                    | <b>15</b>    |
| <b>VI – CONCLUSÃO</b>                             | <b>16</b>    |



## I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. O presente relatório tem por objetivo a apresentação das análises e verificações dos créditos para a elaboração do edital, previsto no art. 7º, § 2º da Lei no 11.101/2005, permitindo aos credores o acesso às informações de seu interesse no processo de recuperação judicial da empresa I S CAMPOS ATACADISTA E DISTRIBUIDORA LTDA., CNPJ 09.634.089/0001-12, sobre a apuração dos créditos habilitados na fase administrativa e, divulgar a consolidação da **Relação de Credores** elaborada pela administração judicial (AJ), conforme o art. 7º, §2º, da Lei n.º 11.101/2005 (LREF) e a Recomendação nº 72, de 19 de agosto de 2020 do CNJ.

2. Em 26 de março de 2024, o Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas – PA publicou um edital anunciando o processamento da recuperação judicial da empresa I S CAMPOS ATACADISTA E DISTRIBUIDORA LTDA., CNPJ 09.634.089/0001-12. A partir dessa data, iniciou-se um prazo de 15 dias para as manifestações dos credores sobre a habilitação, divergências, e impugnações de crédito, em face das listas de credores divulgadas no edital. Este prazo encerrou-se em 10 de abril de 2024. Ressalta-se que todas as manifestações recebidas foram analisadas com rigor técnico, assegurando-se aos credores e à recuperanda ampla oportunidade de defesa e contraditório, conforme os princípios previstos na LREF e na Recomendação nº 72 do CNJ.

3. Após o término do prazo para manifestações dos credores, iniciou-se um período de 45 dias para a verificação dos créditos conforme o art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005. Durante esse período, novas solicitações de habilitação e divergências de créditos foram apresentadas ao administrador judicial e ao juízo.

4. Devido ao elevado número de credores e às limitações impostas pelo prazo inicial de 15 dias para manifestações, a Administração Judicial requereu prorrogação do prazo ao juízo, que foi deferida. Essa medida garantiu o pleno exercício ao contraditório, permitindo maior precisão na apuração dos créditos e evitando a judicialização excessiva do processo de recuperação judicial.



Tomazette (2012) leciona que: *em síntese pode-se afirmar que o procedimento de verificação de crédito é composto de uma fase administrativa obrigatória e uma fase contenciosa eventual.*

5. Após a apresentação e protocolo da Relação de Credores, em 26/06/2024, acompanhada do respectivo Relatório da Fase Administrativa, novas manifestações com pedidos de habilitações e impugnações de créditos foram recebidas. Em resposta, o administrador judicial considerou necessária a atualização da Relação de Credores para concluir a apuração dos créditos e consolidar o Quadro Geral de Credores (QGC). Para isso, a AJ solicitou ao juízo a atualização da Relação de Credores em duas oportunidades, sendo essas atualizações acostadas aos autos e divulgadas em 31/07/2024 e 28/08/2024.

6. Decisão e Cumprimento na Recuperação Judicial:

6.1 No dia 06/09/2024, conforme DECISÃO ID 125679366, o juízo da recuperação judicial determinou que, nos próximos 30 dias, novas habilitações de créditos deveriam ser dirigidas diretamente ao administrador judicial. Além disso, foi estipulado que, ao término da fase administrativa, o administrador judicial deve apresentar a relação de credores para publicação dentro de 45 dias, conforme o artigo 7º, §2º, da Lei 11.101/2005; e

6.2 Cumprindo a determinação do juízo, a AJ declara o encerramento da fase administrativa. A lista inicial de credores, apresentada pela recuperanda com 340 credores, foi revisada. Após toda a fase administrativa para a verificação dos créditos, a Relação de Credores (Documento 2) passou a incluir 374 créditos habilitados.

7. Para consolidar todas as informações em uma única publicação, a AJ reuniu neste relatório todas as habilitações e impugnações que foram apresentadas durante o período de 27/03/2024 a 22/11/2024 e divulgadas nas relações de credores acostadas aos autos.

8. Registra-se que os valores apurados por classes, com base nas listas de credores anexadas à petição inicial, pela recuperanda, são apresentados na tabela a seguir:



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

Tabela 1 – Listas publicadas em 26/03/2024 e suas respectivas categorias

| QUANTIDADE | CLASSE | CREDOR  | TOTAL R\$             |
|------------|--------|---|-----------------------|
| 02         | II     | CRÉDITOS COM GARANTIA REAL (HIPOTECA/PENHOR)              | 5.638.095,22          |
| 28         | III    | CRÉDITOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (GARANTIA INSUFICIENTE) | 55.468.843,83         |
| 272        | III    | CRÉDORES FORNECEDORES (QUIROGRAFÁRIOS)                    | 44.747.957,25         |
| 35         | IV     | MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)         | 1.386.695,55          |
| <b>337</b> |        | <b>SOMA</b>   | <b>107.241.591,85</b> |
| <b>03</b>  | -      | CRÉDITOS NÃO ABRANGIDOS PELA LEI 11.101/2005              | <b>19.575.909,46</b>  |
| -          | -      | PASSIVO TRIBUTÁRIO (ICMS: Principal, Multas e Juros)      | <b>34.567.613,35</b>  |
| -          | -      | PASSIVO TRABALHISTA (Processos Judiciais)                 | <b>Não declarado</b>  |

## II – CRITÉRIOS UTILIZADIS NAS VERIFICAÇÕES

9. Durante a análise e apuração dos créditos na fase administrativa visando à edição da relação de credores, prevista no art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005, a AJ tomou como referência critérios baseados nos entendimentos doutrinários e jurisprudências, consagrados, e aquele mais recente sobre os temas pertinentes à análise veja:

9.1 Critério para **Classificação dos Créditos**: A submissão do crédito à RJ, a AJ aplicou o entendimento majoritário adotado pelo e. STJ (REsp 1.447.918/SP e 1.634.046/RS), no sentido de que, em se tratando de créditos cujo fato gerador do dano e/ou obrigação é preexistente ao momento da recuperação judicial, estes estão sujeitos ao seu regime e, portanto, devem ser devidamente habilitados, com consequente extinção dos autos das execuções singulares, após a devida liquidação do crédito;

9.2 **Atualização do Valor do Crédito**: Com base no art. 9, II, da Lei 11.101/052 e da decisão proferida por esse d. Juízo quando do deferimento do processamento da recuperação judicial (ID 111590491), foi adotada como data limite de atualização dos créditos o dia 12/03/2024, com rigorosa observância dos critérios contratuais, judiciais ou legais aplicáveis;



**9.3 Créditos Ilíquidos:** Os créditos ilíquidos cujo fato gerador seja anterior ao pedido de RJ se submetem à RJ e ao PRJ que vier a ser aprovado, mas só devem ser incorporados na relação de credores ou no QGC por meio de habilitação quando devidamente liquidados no juízo de origem, por força de aplicação dos §§1º, 2º e 3º do art. 6º da LRF;

**9.4 Habilitações do Crédito Principal e Honorários Sucumbenciais:** O credor principal é parte ilegítima para a habilitação do valor correspondente a honorários sucumbenciais, em razão do disposto no art. 23 da Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB), que dispõe que: *“Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor”*;

**9.5 Natureza do Crédito decorrente de Honorários Periciais:** Foi utilizado o entendimento do STF no sentido de que os créditos de honorários periciais têm natureza alimentar;

**9.6 Emissão de Faturas em data posterior à RJ:** A Administração Judicial considerou que o crédito surge com a prestação de serviços (fato gerador) e não com a emissão do respectivo título. Assim, a emissão do título em data posterior não modifica o fato de o crédito estar submetido ao processo recuperacional, se os serviços foram prestados anteriormente ao pedido da RJ;

**9.7 Multa Contratual:** Para as obrigações vencidas antes do pedido de RJ, caso haja previsão de multa contratual pelo inadimplemento, a Administração Judicial acatou a inclusão do valor da multa ao total do crédito. Para as obrigações vencidas após o pedido de RJ, também com base em jurisprudências, a multa não foi incluída no valor do crédito, por não ser aplicável; e

**9.8 Vencimento antecipado:** Se houver parcela vencida e não paga antes da RJ e previsão de vencimento antecipado da dívida prevista no contrato, a administração judicial considerou que o crédito corresponde ao valor total da dívida (com as amortizações de



pagamento eventualmente ocorridas antes da RJ), na mesma linha do entendimento jurisprudencial nº 9.6.

9.9 O artigo 10 da Lei 11.101/2005 permite que, após a publicação do QGC, credores, devedores ou o administrador judicial possam solicitar a retificação ou impugnação, caso haja modificações, erros, omissões ou outros vícios no quadro original divulgado. Dessa forma, a AJ acolherá, para análise, questões pendentes para assegurar o princípio do contraditório e da ampla defesa.

### **III – HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS**

10. Durante a fase administrativa de verificação de créditos, a AJ garantiu as partes o acesso ao acervo documental relacionado a cada impugnação ou divergência. Essa medida visa promover a celeridade e transparência no processo de verificação dos créditos, adotando boas práticas de acordo com o entendimento doutrinário sobre o tema.

11. Cumprindo DECISÃO do processamento da recuperação judicial (ID 111590491), a AJ também examinou, e incorporou na relação de credores, as habilitações retardatárias apresentadas tanto ao AJ quanto ao juízo em garantia ao contraditório.

12. A Relação de Credores (Documento 2) reflete o resultado das verificações administrativas realizadas pela AJ, considerando as manifestações apresentadas por credores, recuperanda e terceiros interessados. Sua composição inclui credores indicados pela recuperanda, habilitações retardatárias e ajustes decorrentes de impugnações e divergências resolvidas administrativamente, como se segue:

- a) Lista dos credores indicados pela recuperanda com as retificações pertinentes ou atualizações apuradas pela verificação dos créditos;





Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

- b) Habilitações, divergências ou impugnações demandadas pelos credores, segundo previsão legal do art. 7º, §1º da Lei 11.101/2005, e recepcionadas nas verificações administrativa dos créditos;
- c) Divergências de crédito apresentadas pela recuperanda no exercício do contraditório, conforme o art. 7º, §1º da Lei 11.101/2005, e acolhidas nas verificações administrativa desses créditos;
- d) Habilitações e impugnações dos créditos retardatários apresentados tendo ao AJ quanto ao juízo; e
- e) Habilitações e impugnações dos credores que não estavam incluídos nas listas iniciais da recuperanda.

13. A administração judicial apurou durante a fase de verificação e habilitação de créditos as seguintes inclusões e exclusões de credores verificados em relação às listas de credores publicadas junto ao edital de processamento da recuperação judicial.

- a. A tabela seguinte mostra os credores e respectivos créditos reconhecidos pela recuperanda em face do contraditório documental apresentado e, portanto, a inclusão destes na Relação de Credores com a habilitação dos créditos.

Tabela 2 – Credores incluídos pela recuperanda

| RAZAO SOCIAL                           | CNPJ           | VALOR             | OBS |
|--|----------------|-------------------|-----|
| TANGARÁ IMP E EXPORTADORA              | 39787056000173 | <b>67.200,00</b>  |     |
| PROTEMAX                               | 12723083000126 | <b>5.013,00</b>   |     |
| MOINHO ROMARIZ IND E COM               | 55266258000126 | <b>58.584,38</b>  |     |
| MATHEUS ARMAZEM                        | 23439441004268 | <b>102.073,92</b> |     |
| LUPUS DESENVOLVIMENTO ALIMENTOS        | 11120258000300 | <b>158.720,10</b> |     |
| LATICÍNIOS MINAS FORTE LTDA            | 03851255000156 | <b>23.124,80</b>  |     |
| HIGIE-TOPP INDÚSTRIA E COMÉRCIO        | 02120411000146 | <b>26.062,80</b>  |     |
| FURACAO PET INDÚSTRIA E COMÉRCIO       | 17259965000104 | <b>18.402,34</b>  |     |
| FABRICIO PIASSA TRANSPORTES - ME       | 24350968000106 | <b>37.482,43</b>  |     |
| CERPA CERVEJARIA PARAENSE S.A          | 04894085000150 | <b>243.355,52</b> |     |
| APTI ALIMNETOS                         | 78860863000126 | <b>19.757,80</b>  |     |
| RED BULL                               | 02946761000166 | <b>749.943,79</b> |     |
| DORI ALIMENTOS                         | 52123916000132 | <b>66.248,54</b>  |     |
| KI-KAKAU IND E COM DE CHOCOLATES LTDA. | 66632175000120 | <b>57.298,22</b>  |     |
| SOCIEDADE DE BEBIDAS MALACARNE LTDA.   | 91639724000135 | <b>36.754,25</b>  |     |
| NELSON NEUHAUS                         | 29039010072    | <b>73.166,80</b>  |     |
| ALIMENTOS WILSON LTDA.                 | 55323216000260 | <b>52.891,33</b>  |     |



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

b. A tabela abaixo lista os credores que tiveram seus créditos extintos e foram removidos da Relação de Credores.

Tabela 3 – Credores excluídos pela recuperanda

| RAZAO SOCIAL               | CNPJ           | VALOR        | OBS       |
|----------------------------|----------------|--------------|-----------|
| TEMAPE TERMINAIS MARÍTIMOS | 02639582000500 | 84.590,20    | Excluídos |
| BANCO TOPÁZIO              | 07679404000100 | 848.685,68   |           |
| BANCO ITAU                 | 60701190000106 | 1.231.578,95 |           |

14. Durante o período de análise e verificação dos créditos, conforme o art. 7º, §§1º e 2º da Lei 11.101/2005, é responsabilidade de o administrador judicial promover o contraditório entre as partes envolvidas visando à conciliação e o resultado na apuração. Nesse sentido, as boas práticas recomendam que todas as etapas sejam oportunizadas para o esclarecimento adequado, permitindo ao AJ alcançar os melhores resultados por meio da análise minuciosa da documentação apresentada e do posicionamento final das partes.

15. Passamos à análise de eventos mais significativos selecionados e envolvidos nas avaliações dos créditos na fase administrativa:

Tabela 4 – Pedidos de habilitações de créditos

| NOME                                    | CNPJ/CPF       | CRÉDITO      | OBSERVAÇÃO |
|---|----------------|--------------|------------|
| CERPA – CERVEJARIA PARAENSE S.A         | 04894085000150 | 243.355,52   |            |
| MATHEUS ARMAZÉM                         | 23439441004268 | 102.073,92   |            |
| HNK BR INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA        | 50221019005790 | 1.281.199,15 |            |
| ÁGUAS LEBRINHA LTDA                     | 14926356000165 | 129.895,63   |            |
| HIGIE-TOPP IND E COM                    | 02120411000146 | 26.062,80    |            |
| VILMAT DISTRIBUIDORA LTDA               | 41280265000178 | 8.531,89     |            |
| SUZANO S.A                              | 16404287000155 | 810.162,59   |            |
| CEREALISTA SCHWAMBACH LTDA              | 45542405000190 | 150.105,00   |            |
| FABRICIO PIASSA TRANSPORTES             | 24350968000106 | 37.482,43    |            |
| NELSON NEUHAUS                          | 29039010072    | 73.166,80    |            |
| CITRUS NARDELLI                         | 07524682000180 | 142.743,04   |            |
| TRANS KOTHE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS S/A | 03052564000832 | 26.668,68    |            |
| SOCIEDADE DE BEBIDAS MALACARNE LTDA     | 91639724000135 | 36.754,25    |            |
| RECKITT BENCKISER BRASIL COM PROD LTDA  | 27668893000366 | 434.324,85   |            |
| R B AGUIAR E CIA LTDA                   | 01062089000183 | 95.478,63    |            |
| PETERLE – PROD E COM HORTIFRUT – EIRELI | 31246922000107 | 1.350.575,00 |            |
| L P GUIMARÃES E SANTOS LTDA             | 01745941000117 | 362.721,81   |            |



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

|                                       |                |            |  |
|---------------------------------------|----------------|------------|--|
| KI-KAKAU IND E COM DE CHOCOLATES LTDA | 66632175000120 | 57.298,22  |  |
| J.C. OLIVEIRA & FILHOS LTDA           | 78704905000130 | 124.790,00 |  |
| DORI ALIMENTOS S.A                    | 52123916000132 | 66.248,54  |  |
| BRANNEVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA    | 21319454000108 | 71.873,00  |  |
| BM3 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA      | 12098843000151 | 31.933,31  |  |
| TOC MIX IND E COM DE CHOCOLATES LTDA  | 02322266000186 | 34.319,62  |  |
| ALIMENTOS WILSON LTDA                 | 55323216000260 | 52.891,33  |  |

Tabela 5 – Pedidos de impugnações e divergências de créditos

| NOME - CNPJ/CPF - MANIFESTAÇÃO E AVALIAÇÃO   |
|--|
| <b>CIA CANOINHA DE PAPEL</b> – CNPJ 76827344000130: Crédito declarado de R\$ 66.067,69 e impugnado para R\$ 155.691,59: Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo por se tratar de falta de lançamento de NF entregues após a data do edital.   |
| <b>CRISTALCOPOS DESCARTÁVEIS S.A</b> – CNPJ 05316470000182: Crédito declarado de R\$ 107.555,43 e impugnado para R\$ 139.387,38: Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo por tratar-se de valores referentes NF emitidas após a data do edital.   |
| <b>BANCO TOPÁZIO</b> – CNPJ 07679404000100: O valor de R\$ 848.685,68 refere-se à Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 105354989. O Banco Topázio questiona a classificação da operação como Classe III - Quirografário (Sem Garantia Real ou Alienação Fiduciária Com Cobertura Insuficiente). A recuperanda concorda e se manifestou: <i>“De fato, a classificação desta operação está incorreta, pois a mesma, possui garantia de CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS vinculados ao arranjo de pagamento da TICKET SERVIÇOS. O que indica que a operação não está sujeita aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do Art. 49 da lei 11.101/2005. Diante do fato acima reconhecido o Banco usou de sua propriedade fiduciária e liquidou o contrato em referência.”</i> Na oportunidade a recuperanda apresentou a <u>carta de quitação enviada pelo Banco</u> . E, ainda, conclui sua manifestação: <i>“Informo que estamos de acordo com a liquidação total da operação e o banco está ciente que sua propriedade fiduciária termina com a liquidação total da operação em referência.”</i> Isto posto, a AJ excluiu o BANCO TOPÁZIO da relação de credores da I S Campos no presente processo. (grifo) |
| <b>BANCO DA AMAZÔNIA S/A</b> – CNPJ 04902979011774: O Banco requer ao AJ que considere as DIVERGÊNCIA DE VALOR com relação ao contrato de n. CCB 117-22/5181-6 e DIVERGÊNCIA EXTRACONCURSAL com relação ao contrato de n. CCB 117-18/0072-7. Em atenção às demandas do BANCO, a AJ recorreu à sua assessoria jurídica para a tratativa do contencioso bancário, e, ao mesmo tempo em que dirigiu ao Banco da Amazônia, preliminarmente, o Ofício nº 0803690-77/002/2024, acostado aos autos e, em resposta, a instituição bancária informou que aguardará a consolidação do Quadro Geral de Credores para nova avaliação.  |
| <b>RANEA INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODS ALIMENTÍCIOS LTDA</b> – CNPJ 43669159000106 - Solicita a inclusão do valor de R\$ 4.243,49 ao crédito já habilitado de R\$ 5.803,36. As parcelas nº 01 da NF 53806 e 53807 foram pagas. Crédito habilitado no valor de R\$ 6.697,90.  |
| <b>ARAMIG ARAMIFÍCIOS MINAS GERAIS LTDA</b> – CNPJ 21881438000104: Requereu a habilitação do crédito no valor de R\$ 18.746,42. A recuperanda reconheceu o valor de R\$ 18.734,00. A NF 018.259 tem o valor de R\$ 3.603,14 e não R\$ 3.615,53.  |
| <b>BANCO ORIGINAL S.A.</b> – CNPJ 92894922000108: Por cessão de crédito da SEARA ALIMENTOS LTDA – CNPJ 02.914.460/ 0112-76, o Banco Original solicita a habilitação do crédito no valor de R\$ 293.093,94, cuja atualização (SELIC) resultou em R\$ 294.326,00. Mediante manifestação a recuperanda reconheceu o valor de R\$ 293.093,94.  |



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

|   |
|---|
| <b>BIC AMAZÔNIA S.A</b> – CNPJ 04402277000100: Requereu a correção do valor habilitado de R\$ 148.236,40, informando que houve a liquidação de R\$ 43.293,32, entretanto não foi incluindo o valor de R\$ 112.246,75. Dessa forma, solicitou a retificação com a habilitação do crédito no valor de R\$ 217.189,83. Solicitação atendida.   |
| <b>BRF S.A</b> – CNPJ 01838723026355: Por cessão de crédito para o FUNDO DE INVESTIMENTO DE DIREITO CREDITÓRIOS CLIENTES BRF II – “FIDC BRF I” CNPJ 52.720.932/0001-02, solicitou a habilitação do crédito no valor de R\$ 579.088,63 em favor do referido Fundo. Solicitação atendida.   |
| <b>BS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE</b> – CNPJ 43587344000151: Requereu a habilitação do crédito no valor de R\$ 72.834,87, já habilitado pela recuperanda.  |
| <b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b> – 00360305000104: Dos créditos habilitados no total de R\$ 7.352.212,73, a CEF solicitou a reclassificação e habilitação do valor de R\$ 1.335.560,23 como extraconcursal (Contrato 12.4251.737.0000153-01). Solicitação atendida.   |
| <b>CEREALISTA SCHWAMBACH LTDA</b> – CNPJ 45542405000190: Solicitou a habilitação de créditos no valor de R\$ 150.105,00 mediante a apresentação de notas fiscais de fornecimento ao credor. Solicitação atendida.   |
| <b>CLESS COMERCIO DE COSMÉTICOS S.A.</b> – CNPJ 06034119000323: Requereu a habilitação do crédito no valor de R\$ 12.552,18 acrescido de R\$ 20.594,39 já habilitado, resultando no valor de R\$ 33.146,57, reconhecido pela recuperanda e habilitado.  |
| <b>EQUILIBRIUM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI</b> – CNPJ 07642426000198: Requereu a retificação do valor já habilitação de R\$ 6.449,18 acrescido do valor de R\$ 3.570,54, referente à nota fiscal nº 418350, no valor de R\$ 3.570,54, resultando no valor de R\$ 10.019,72, reconhecido pela recuperanda e habilitado.   |
| <b>METALURGICA MOR S.A</b> – CNPJ 95422218000906: Requereu a habilitação do crédito no valor de R\$ 12.413,54, reconhecido pela recuperanda e devidamente habilitado.   |
| <b>TRANS KOTHE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS S/A</b> – CNPJ 03052564000832: Requereu a habilitação do crédito no valor de R\$ 8.584,34 acrescido ao valor de R\$ 18.084,34, já habilitado, resultando no valor de R\$ 26.668,68, reconhecido pela recuperanda e devidamente habilitado.   |
| <b>VERZASUL TRANSPORTES LTDA</b> – CNPJ 09480061000178: Informa ser credora quirografária no valor de R\$ 15.872,50, já habilitado e, requer que o valor de R\$ 4.723,66, referente ao Conhecimento de Transporte CT 36906, de 26/02/24 seja habilitado como crédito extraconcursal. A data do CT 36906 é anterior ao processamento da RJ. A recuperanda reconheceu e habilitou o crédito no valor de R\$ 20.596,16 como quirografário.   |
| <b>ALESS KANAAN COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.</b> CNPJ 10494514000102: Foi requerida a habilitação do crédito no valor de R\$ 17.208,80, impugnando o valor de R\$ 5.308,44 apresentado pela Recuperanda. Mediante a apresentação de documentos que indicam a origem do crédito, a demanda no valor solicitado foi atendida.  |
| <b>VILAGE PREMIUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA</b> – CNPJ 33580697000176: O Credor requereu a habilitação do crédito no valor de R\$ 417.264,91, impugnando o valor de R\$ 219.099,30 já habilitado. Levada a documentação e cálculos ao contraditório, a Recuperanda reconheceu o crédito no valor de R\$ 382.549,95 sem considerar os juros calculados no montante de R\$ 34.714,96.   |
| <b>KIMBERLY-CLARK BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA</b> – 02290277000121: A peticionante esclarece, em juízo, ser credora da Recuperanda, embora seu crédito não conste nos autos. Portanto, se manifestou: <i>“aguarda-se apenas a publicação do edital com a relação de credores elaborada pelo Administrador Judicial para a competente impugnação.”</i> . Encaminhado pela AJ a manifestação para análise, a recuperanda solicitou a habilitação do crédito no <b>valor de R\$ 632.266,23</b> . |
| <b>VIBRA ENERGIA S.A</b> – CNPJ 34274233032489: Foi requerida a atualização do crédito já habilitado, inicialmente  |



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

no valor de R\$ 512.830,50, que corrigido até 12/03/2024 totaliza R\$ 516.248,43. A Recuperanda considerou a demanda pertinente e habilitou o crédito.

**TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S.A** – CNPJ 63310411000101: Foi requerida a habilitação do crédito no valor de R\$ 625.439,87 impugnando o valor de R\$ 591.487,32 já habilitado. Mediante a apresentação de documentos que conferem a origem do crédito, a demanda foi atendida pela recuperanda.

**BORATO COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS** – CNPJ 47057554000199: Com Crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 23.726,00 e impugnado para R\$ 31.951,00: Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou pela habilitação de crédito no valor de R\$ 31.846,00, deixando de reconhecer a Nota Fiscal nº 7356 no valor de R\$ 105,00.

**STRAWPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** – CNPJ 02591442000185.: Crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 33.847,60 e impugnado para R\$ 80.793,94: Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo.

**SILVESTRIN FRUTAS LTDA** – CNPJ 94496353000178.: Crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 111.704,59 e impugnado para R\$ 143.225,77. Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo.

**QUÍMICA AMPARO LTDA.:** Empresa com crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 com valores habilitados e impugnados conforme tabela a seguir:

| CNPJ           | CRÉDITO JÁ HABILITADO | CRÉDITO IMPUGNADO PARA |
|----------------|-----------------------|------------------------|
| 43461789000603 | 1.301.831,23          | 1.311.455,99           |
| 43461789000786 | 367.004,82            | 397.086,26             |
| 43461789001677 | 32.236,67             | 24.265,25              |
| <b>SOMAS</b>   | <b>1.701.072,72</b>   | <b>1.732.807,50</b>    |

Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo. Total habilitado R\$ 1.732.807,50.

**JALLES MACHADO S.A** – CNPJ 02635522000195: Empresa com o crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 1.083.649,85 e impugnado para R\$ 1.245.612,41. Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo.

**FOSFOREIRA BRASILEIRA LTDA.** – CNPJ 78141926000437: Empresa com o crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 2.724,91 e impugnado para R\$ 5.827,81. Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo.

**FÁBRICA DE DOCES LEDUR LTDA.** – CNPJ 00984596000292: Empresa com o crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 5.154,58 e impugnado para R\$ 33.802,05. Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou pela habilitação de crédito no valor de R\$ 34.072,05.

**A RELA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO** – CNPJ 50116185001225: Crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 14.978,03 e impugnado para R\$ 21.531,33. Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo.



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

**OCRIM S.A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.:** Crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 com valores habilitados e impugnados conforme tabela a seguir:

| CNPJ           | CRÉDITO JÁ HABILITADO | CRÉDITO IMPUGNADO PARA |
|----------------|-----------------------|------------------------|
| 61065199000473 | 85.270,00             | 85.270,00              |
| 61065199001011 | 84.825,40             | 97.680,50              |
| <b>SOMAS</b>   | <b>170.095,40</b>     | <b>182.950,50</b>      |

Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo. Total habilitado R\$ 182.950,50.

**NADIR FIGUEIREDO S.A.** – CNPJ 61067161001835: Crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 46.766,87 e impugnado para R\$ 65.577,37. Submetido à verificação através do contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou estar de acordo.

**BANCO DYCOVAL S.A.** CNPJ 62232889000190: Banco com crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 321.428,61 e impugnado para R\$ 387.926,05. Submetido ao contraditório administrativo, a recuperanda considerou que a mora, juros e deságio serão tratados oportunamente manifestando-se pela habilitação do crédito no valor de R\$ 321.428,61.

**M DIAS BRANCO** – CNPJ 07206816000115: com crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 250.642,36 e impugnado para R\$ 278.777,74. Submetido ao contraditório administrativo, a recuperanda apontou que na conciliação das notas fiscais Nº 002940324 e 002946959 foi apurado a diferença de R\$ 5.247,21. Assim, considerou a habilitação no valor de R\$ 273.530,53.

**IREZ E SIQUEIRA COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS LTDA.** – CNPJ 07809073000178: A empresa alega ter crédito inicial habilitado conforme publicado no Edital, em 26/03/2024, no valor de R\$ 354.273,33. Equivoca-se a requerente pois no referido edital o crédito é de R\$ 345.926,93. A documentação apresentada foi submetida ao contraditório administrativo, a recuperanda habilitou o crédito no valor de R\$ 342.564,91.

**PINDUCA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA.,** CNPJ 75875773000200: Com crédito habilitado no total de R\$ 120.077,30 e impugnado para R\$ 120.418,30. Submetido ao contraditório administrativo, a recuperanda se manifestou pela habilitação do valor requerido.

Tabela 6 – Pedidos habilitações de créditos por sub-rogação

**PARATI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.** – CNPJ 82945932000171: Com o crédito habilitado na Relação de Credores atualizada em 27/08/2024 no valor de R\$ 265.059,68 requereu, em juízo, a habilitação no valor de R\$ 238.553,71 em favor da empresa COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CREDITOS S.A – CNPJ 007644868000173 em virtude de Sub-rogação avençada entre a COFACE e a credora PARATI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. A habilitação em favor da COFACE DO BRASIL carece da manifestação da credora original. O pedido de habilitação está atualmente sob análise do departamento jurídico da empresa recuperanda.

**BIC AMAZÔNIA S.A.** CNPJ 04402277000100: Com crédito habilitado na Relação de Credores, atualizada em 27 de agosto de 2024, no valor de R\$ 163.504,19. No entanto, a requerente solicitou, em juízo, a habilitação de um crédito superior, totalizando R\$ 261.898,18, em favor de COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CREDITOS S.A. - CNPJ





Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

---

00.764.486/0001-73. Esta solicitação resulta de uma sub-rogação acordada entre COFACE e a credora original, BIC AMAZÔNIA S.A. Atualmente, o pedido de habilitação está sob análise do departamento jurídico da recuperanda devido ao valor solicitado ser superior ao crédito habilitado. A habilitação em favor da COFACE DO BRASIL carece da manifestação da credora original.

16. Com previsão do Art. 1º, §4º, da Recomendação nº 72, de 19.08.2020, do CNJ, esta administração judicial informa a disponibilidade para o acesso das informações gerais, sugeridas acima, através do website <https://www.rjiscamposaj.com.br> e e-mail: [contato@rjiscamposaj.com.br](mailto:contato@rjiscamposaj.com.br).

17. A administração judicial informa que concluiu a verificação de crédito com base na documentação recebida até 22/11/2024, considerando cumpridos os objetivos estabelecidos para a consolidação do Quadro Geral de Credores.

#### **IV – GARANTIA AO CONTRADITÓRIO**

18. Durante todo o processo de recepção, análise e avaliação das habilitações e divergências dos créditos, a AJ assegurou que cada parte fosse devidamente assistida. Buscando atingir os objetivos com tempestividade, priorizou os interesses de todos, proporcionando oportunidades para réplica e tréplica e, assim, garantindo o contraditório administrativo nos limites permitidos.

#### **V - SÍNTESE DA APURAÇÃO**

19. Os resultados das avaliações dos créditos apurados pela AJ estão resumidos nas planilhas a seguir com a indicação do montante destinado a cada uma das classe de credores da recuperanda e outros passivos, até a data atual.



Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

Tabela 7 – Total do passivo por classe

| QUANTIDADE | CLASSE | CREDOR  | TOTAL R\$             |
|------------|--------|---|-----------------------|
| 08         | I      | CRÉDITOS TRABALHISTAS (PROCESSOS JUDICIAIS)               | 1.791.689,33          |
| 02         | II     | CRÉDITOS COM GARANTIA REAL (HIPOTECA/PENHOR)              | 5.889.165,99          |
| 27         | III    | CRÉDITOS COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (GARANTIA INSUFICIENTE) | 47.339.891,33         |
| 287        | III    | CREDORES FORNECEDORES (QUIROGRAFÁRIOS)                    | 57.255.333,50         |
| 36         | IV     | MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)        | 1.780.457,23          |
| <b>360</b> | -      | <b>VALOR APURADO</b>                                      | <b>114.056.537,38</b> |

Tabela 8 – Total de outros passivos

| OUTROS PASSIVOS    | VALOR         | OBSERVAÇÃO                          |
|--------------------|---------------|-------------------------------------|
| NÃO SUJEITOS À RJ  | 20.871.469,69 | Não abrangidos pela Lei 11.101/2005 |
| PASSIVO TRIBUTÁRIO | 34.567.613,35 | ICMS (Principal, Multas e Juros)    |

## VI – CONCLUSÃO.

20. A Relação de Credores (Documento 2) será disponibilizada no site [www.rjiscamposaj.com.br](http://www.rjiscamposaj.com.br) após sua publicação em edital. Credores interessados em acessar a documentação sobre as avaliações podem solicitar pelo e-mail: [contato@rjiscamposaj.com.br](mailto:contato@rjiscamposaj.com.br)

21. A administração judicial esclarece que o Relatório da Fase Administrativa (documento 1) contém anexa a Relação de Credores (Documento 2) atualizada em 25/11/2024.

22. Considerando o exposto, a Administração Judicial vem respeitosamente solicitar a Vossa Excelência:





Pedro Paulo Magina Ferreira - Contador CRC- PA 019272/O  
(85) 99791-0878 - (91) 98809-5305 - e-mail: pedropaulomagina@gmail.com

---

(i) A juntada do Relatório da Fase Administrativa (Documento 1) e da Relação de Credores, anexa, (Documento 2), que tratam da análise e avaliação dos créditos referentes às divergências e habilitações recebidas na fase administrativa;

(ii) A determinação para a publicação do edital previsto no artigo 7º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005. Caso seja aprovado, solicita-se a intimação da recuperanda para que cubra as eventuais custas processuais relacionadas à publicação; e

(iii) Que seja determinada a publicação da relação de credores consolidada como o Quadro Geral de Credores (QGC), com base nas análises realizadas pela AJ e nos documentos apresentados durante a fase administrativa. O QGC reflete, de forma clara e organizada, os valores apurados e as classificações atribuídas aos créditos, atendendo ao disposto na Lei nº 11.101/2005.

23. Por fim, sendo este o objetivo deste feito, a AJ fica à disposição deste Douro Juízo, do MP, dos credores e da recuperanda para quaisquer esclarecimentos, se necessário.

Nesses Termos,

É o Relatório.

Parauapebas/PA, 25 de novembro de 2024.

**PEDRO PAULO MAGINA FERREIRA**

Administrador Judicial